

Editorial

Andréa de Oliveira Tourinho*

O urbanismo tem sido um campo fértil de reflexões tanto sobre as teorias quanto das práticas que o conformam. Reflexões importantes devido à proporção que as questões urbanas vêm adquirindo desde a segunda metade do século XX.

Expressando esse debate, nesta edição, a revista acadêmica **arq.urb** apresenta sete artigos na sessão geral que tratam de questões ligadas à cidade, e um oitavo artigo que trabalha na dimensão do projeto de arquitetura. Completam este número dois artigos na sessão *Clássicos, em português*, relacionados à Frank Lloyd Wright, cujos 60 anos de falecimento se cumprem em abril deste ano.

Apesar das diferentes temáticas abordadas, os artigos que se debruçam sobre a cidade convergem na busca de um desenvolvimento urbano ou de uma cidade mais justos. Essa procura por um urbanismo igualitário e democrático tem sido objeto de reflexões, discussões e lutas principalmente nas últimas décadas, quando a de-

sigualdade social atingiu patamares alarmantes nas cidades, que têm aumentado em número e tamanho, sendo palco da vida de uma grande parte da população mundial.

No Brasil, o período da redemocratização, na década de 1980, é um marco importante na busca dessa relação entre urbanismo, justiça e democracia, esta última, sempre ameaçada, como temos evidenciado em tempos recentes. Por isso, a relevância de se refletir sobre os instrumentos, ações e discursos que envolvem os elementos desse processo.

Os artigos foram organizados, nesta edição, a partir das distintas escalas de aproximação ao tema: das reflexões sobre a cidade como um todo ao projeto de arquitetura.

O primeiro artigo defende a abordagem sistêmica da cidade como contribuição para compreender a segregação socioespacial, relacionando as análises urbanas à Teoria Geral dos Sistemas.

*Andréa de Oliveira Tourinho é docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela FAU-USP; mestrado em Estética e Teoria das Artes pela *Universidad Autónoma de Madrid*; Arquiteta e Urbanista pela *Universidade Mackenzie*. Trabalhou com políticas públicas na Prefeitura Municipal de São Paulo, nas áreas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento urbano.

O pensamento sistêmico em análises urbanas: uma perspectiva para o problema da segregação socioespacial nas cidades, de autoria de Jordana Dias das Neves Naciff, Erika Cristine Kneib e Camilo Vladimir de Lima Amaral, da Universidade Federal de Goiás, afirma a necessidade de se entender essa problemática dentro do sistema mais amplo da cidade, e não como um sistema isolado, como ocorre na perspectiva clássica sobre o tema. Mais do que isso, os autores concluem, em sua pesquisa, que a segregação socioespacial deve ser entendida, também ela, como um sistema que compõe e se relaciona intrinsecamente com o macrossistema da cidade. Essa perspectiva, segundo os autores, está mais próxima da realidade, por contemplar a complexidade dos sistemas urbanos e seu caráter multifacetado, que exigem uma leitura do todo.

A disputa política pela cidade é abordada por Thais Mariano Nassif Salomão, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em seu artigo **Técnico versus participativo: discursos de uma disputa**. A partir dos conceitos de estratégias de produção e consumo das materialidades simbólicas, expressas na linguagem discursiva, de Michel de Certeau, a autora contextualiza a temática no quadro da ampliação da participação social no planejamento urbano brasileiro, que ocorre principalmente desde a década de 1980, para, então, se debruçar sobre a análise do caso concreto de uma Opera-

ção Urbana Consorciada em Belo Horizonte. A análise da disputa entre o técnico e o participativo foi realizada com base nos discursos dos agentes envolvidos no processo de elaboração da Operação Urbana, incluindo participantes e técnicos, que foram entrevistados pela autora. Além da clara oposição entre esses polos, a autora mostra que também está em jogo a disputa pelos significados destes termos - ou seja, sobre aquilo que se entende por “técnico” ou por “participativo” - quando se pretende questionar a legitimidade dos processos de tomada de decisão em relação ao planejamento urbano e à cidade. Trata-se, assim, de uma disputa de poder que envolve a produção democrática do espaço como estratégia discursiva.

No terceiro artigo, a cidade é contemplada sob o enfoque específico da utilização dos chamados sistemas inteligentes - as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) - na melhoria das infraestruturas urbanas, ensejando a definição de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) e a divulgação de *rankings* de inteligência no âmbito dos poderes públicos municipais e no meio acadêmico. No artigo **A relação entre as produções científicas e o desenvolvimento das Cidades Inteligentes brasileiras**, as autoras Cristina Engel de Alvarez e Lívia Campos Salzani, da Universidade Federal do Espírito Santo, expõem as fragilidades dos rankings internacionais e nacionais de classificação das Cidades Inteligentes, utilizados, muitas vezes, de forma inadequada

no contexto da competitividade entre cidades. As autoras propuseram, assim, uma metodologia para avaliar, no caso brasileiro, a correlação entre um dos indicadores de inteligência, consistente no desenvolvimento científico nas cidades, e a sua posição no *ranking* nacional de cidades inteligentes. A pesquisa realizada buscou, então, identificar a quantidade de publicações sobre as cidades inteligentes no cenário acadêmico brasileiro e as cidades em que foram produzidas entre 1990 a 2017. Os resultados alcançados mostraram, segundo as autoras, que, no *ranking* escolhido de inteligência, as cidades com maior número de publicações sobre o tema estão, efetivamente, entre as mais bem classificadas.

Abordando a cidade no campo específico do planejamento urbano, Reginaldo Magalhães de Almeida, Juliana Balbino Lamego Nizza e Lucas Isaac Fernandes, da Fundação Mineira de Educação e Cultura, avaliam a trajetória de implementação do Solo Criado em Belo Horizonte, desde a década de 1990 até os dias atuais, no artigo **Avanços e retrocessos da trajetória de implementação do instituto do Solo Criado em Belo Horizonte**. Os autores ressaltam a importância dessa avaliação por constituir o Solo Criado um dos instrumentos jurídicos e urbanísticos capazes de favorecer um desenvolvimento urbano mais justo, o que se coloca como fundamental nas cidades brasileiras. Apesar de sua sabida importância, e de estar previsto na le-

gislação municipal, o Solo Criado - identificado no artigo como a Outorga Onerosa do Direito de Construir estabelecida no Estatuto da Cidade - ainda não foi regulamentado em Belo Horizonte, o que se deve, segundo os autores, às pressões do mercado imobiliário e à própria ineficiência do poder público. O estudo de caso apresentado neste artigo é exemplar dos embates entre interesses públicos e privados na produção da cidade e da atuação de seus agentes sociais.

Nos artigos seguintes, passamos da abordagem da cidade como um todo para a análise de temáticas referentes a aspectos específicos da cidade.

Em **Urbanização de favelas em Jundiaí - SP: os casos do Jardim São Camilo, Jardim Novo Horizonte, Parque Centenário e Vila Ana**, as autoras Patrícia Rodrigues Samora e Flávia Tarricone Jimenez, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, analisam a recente experiência dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na urbanização de assentamentos precários na cidade de Jundiaí entre 2010 e 2017. A partir de uma visão de conjunto, a pesquisa realizada mostrou que os quatro casos estudados, apesar de ainda necessitarem recursos para a conclusão dos seus processos de urbanização, constituem exemplos positivos de implementação de soluções específicas que consideraram as necessidades particulares de cada assentamento.

Constituem, assim, experiências exemplares da importância de um planejamento habitacional, conduzido por uma gestão preocupada em enfrentar a precariedade das condições habitacionais do município, com o apoio de entidades compromissadas, como, no caso de Jundiá, a Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS), que, em parceria com o Governo Federal, Estadual e associações de moradores, desenvolveu ações específicas naqueles assentamentos urbanos. Enfatiza, nesse sentido, o papel primordial dos municípios no planejamento territorial e setorial da habitação, tal como dispõe o Estatuto da Cidade.

Já o artigo **EntreVilas. Um traçado imaginário pelas vilas operárias de São Paulo**, de Taís Schiavon, da Universidade de Évora, nos transporta para o ambiente das vilas operárias que tiveram lugar na expansão urbana da cidade entre os anos de 1867 e 1959, ao tratar do primeiro documentário interativo e colaborativo - um webdocumentário - que conduz a esse universo. Produzido pelo Estúdio CRUA e realizado como resultado de um projeto coletivo de cartografias da memória no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc em São Paulo, o documentário, que tem o mesmo nome deste artigo, pretende permitir ao usuário percorrer tanto as camadas históricas, quanto as contemporâneas de algumas das vilas operárias da cidade de São Paulo, a partir dos relatos por seus moradores. O artigo mostra a potencialidade dessa ferramenta de

conhecimento no mundo contemporâneo, dado o crescimento das interações sociais no universo virtual e as possibilidades que o ambiente virtual oferece para que o usuário trace os seus próprios caminhos, o que o documentário tradicional não permite. Essa possibilidade de diferentes experiências de imersão no cotidiano das vilas operárias em distintas camadas de tempo tem a vantagem, ainda, de revelar um passado que ainda segue presente, percepção essencial para a preservação da memória, muitas vezes ignorada sob a concepção do passado como algo acabado.

As relações entre cidade e projeto urbano são apresentadas no artigo **Espaço público e vitalidade: Parque linear como instrumento de reconciliação em área residual da infraestrutura viária**, de Suzany Rangel Ramos, Larissa Leticia Andara Ramos e Ana Paula Rabello Lyra, da Universidade de Vila Velha (ES). Partindo da premissa de que a qualidade de vida urbana guarda relação com os espaços públicos de permanência e lazer nas cidades, pois esses têm influência na saúde física e mental da população, as autoras buscam refletir sobre o papel dos parques urbanos, mais especificamente dos parques lineares, na estruturação e qualidade de vida nas cidades. Mais do que a reflexão sobre o tema, as autoras do artigo apresentam também um ensaio projetual de um parque linear no município de Vila Velha, por elas realizado, buscando identificar e responder às questões de

projeto de um espaço que pretende aproximar a população, o meio ambiente e a cidade. O artigo enfatiza a importância do planejamento urbano na produção de espaços públicos, entendidos, por suas autoras, como “instrumentos de reconciliação e de vitalidade urbana das cidades”, tendo em vista que as prefeituras continuam promovendo projetos que privilegiam o carro e a canalização e fechamento de rios urbanos, a partir de modelos genéricos de espaços que não atendem às necessidades locais.

O projeto de arquitetura é o objeto do último artigo da sessão geral da revista, **O Sistema de Circulação como Estratégia Projetual. Análise do Projeto Espaço Natura de Roberto Loeb**, de Ana Tagliari, da Unicamp, e Wilson Florio, da Universidade Mackenzie. O artigo parte da premissa de que a circulação, como constituinte do programa de necessidades, é elemento fundamental na concepção formal e espacial do projeto, e que a análise desse sistema permite identificar aspectos essenciais nas estratégias projetuais adotadas em relação ao conceito, programa e partido arquitetônico. O artigo se debruça sobre o Espaço Natura, na cidade de Cajamar (SP), desenvolvido pelo arquiteto Roberto Loeb, entre 1996 e 2001, reflexão realizada, pelos autores, no âmbito de pesquisa mais ampla sobre a análise do projeto a partir do sistema de circulação. A proposta dos pesquisadores mostra-se instigante, possibilitando um novo olhar sobre a questão da circulação e

o projeto, que se fundamenta, ainda, na identificação de modelos conceituais de circulação que foram se conformando ao longo do tempo.

Na sessão *Clássicos, em português*, Frank Lloyd Wright (1867-1959) marca presença em duas traduções importantes - uma do alemão e outra do inglês para o português -, sendo que, na primeira delas, o arquiteto norte-americano é fonte da argumentação do texto, e, na segunda, ele é o autor do texto traduzido.

No artigo **Adolf Behne e a construção do moderno – Parte 1**, de Maria Isabel Imbronito e Marcos Mari Barreto, da Universidade São Judas Tadeu, os autores comentam o primeiro capítulo do livro *A Construção Funcional Moderna*, de 1923, de autoria de Adolf Behne, importante teórico alemão do início da década de 1920. Sua relevância reside em que, ao formular questões fundamentais para a compreensão da arquitetura moderna naquele momento, foi também, de certa forma, responsável pelos caminhos que ela tomou. Nesse capítulo, segundo os autores da tradução, Behne critica a predominância de princípios formais que dominaram a construção por longo tempo, sendo a fachada o elemento até então preponderante na solução do edifício. O teórico alemão identifica, na virada do século XX, um movimento renovador, que se inspira na finalidade para gerar um edifício vivo, e toma como base as casas feitas por Frank Lloyd Wright entre 1890 e 1910 para desenvolver esse ar-

gumento. Com uma visão acurada, afirmam os autores do artigo, Behne aponta características que só se acentuarão no Wright das décadas de 1930 e 40.

Já o Frank Lloyd Wright do artigo **O que é Arquitetura? (para Frank Lloyd Wright)**, de autoria de Fernando Guillermo Vázquez Ramos, da Universidade São Judas Tadeu, é posterior à fase do arquiteto abordada no artigo anterior. A reflexão sobre a essência da Arquitetura foi objeto de conferência ministrada por Wright em 1939, em Londres, cujo extrato foi publicado na revista *The Architectural Forum* em 1958. A tradução mostrou-se instigante pois, além da reflexão sobre o próprio conteúdo do texto original, o autor realizou uma pesquisa sobre a sua procedência, uma vez que a fonte na publicação de 1958 é imprecisa. A partir de uma digressão

sobre os textos que tratam da definição da Arquitetura, que se situam entre as descrições e as essências, o artigo chama a atenção sobre a abertura interpretativa de Wright na busca pela definição, poética e metafísica, da natureza da Arquitetura, tendo afirmado, no final da década de 1930, que não são os edifícios que a definem, mas, sim, que ela “mora neles”.

É de se comemorar a tradução de um texto clássico do alemão, seu idioma original, diretamente para o português, e, ainda, o anúncio, no segundo artigo dessa sessão dos Clássicos, em português, de que a tradução de “*O que é Arquitetura?*” (para Frank Lloyd Wright) inicia uma série de escritos de diferentes e importantes arquitetos, que, no decorrer do tempo, se debruçaram, justamente, sobre as definições da Arquitetura. ■